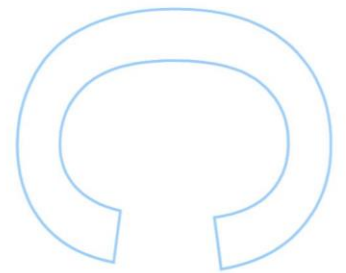
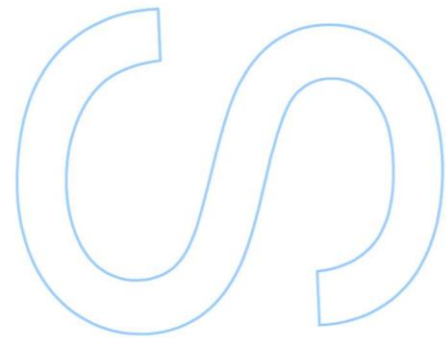
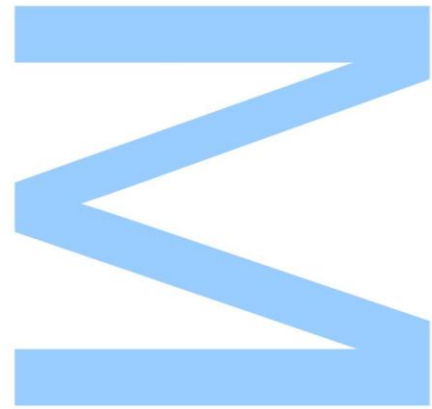




Contributo para uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos



Dayanne Simoni de Castro Silva

Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2019

Orientador

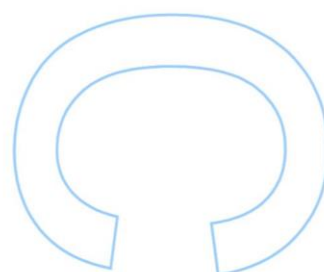
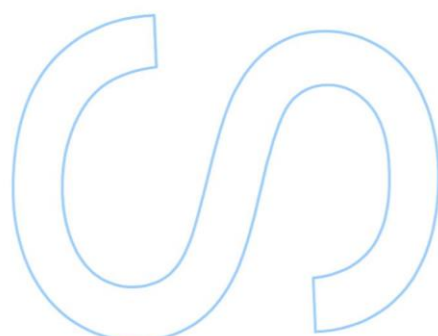
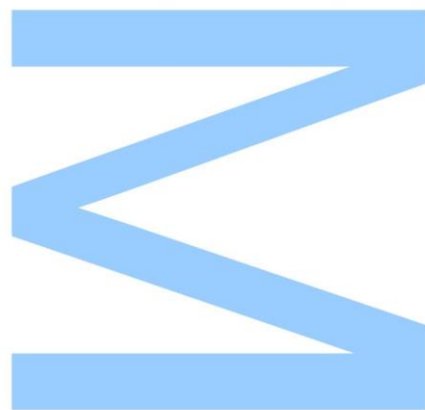
Joaquim Carlos Gomes Esteves da Silva, Professor Catedrático, Faculdade de Ciências



Todas as correções determinadas pelo júri, e só essas, foram efetuadas.

O Presidente do Júri,

Porto, ____/____/____



Resumo

O Plano Diretor Municipal de Matosinhos (PDM de Matosinhos) é um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território, assim como para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município. Um culminar de fatores de mudança em contextos alargados e conjunturas complexas se apresentam clarividentes na posteriori a 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos de 1992 (revisão do PDMM). O trabalho desenvolvido ao longo dos nove meses de estágio na Câmara Municipal de Matosinhos concentrou-se em estudar estas mudanças.

As modificações promovidas por esta revisão aconteceram em cumprimento aos termos da Lei que, entre 2014 e 2015 passou por uma profunda reforma no modelo de classificação do solo (assente na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano) e qualificação do uso do solo, aplicáveis a todo o território nacional. Além disso, nos pressupostos da elaboração deste conteúdo documental, o relatório da avaliação do Plano Diretor Municipal de 1992 realizado em 2015, já havia apurado sobre a necessidade em definir uma estratégia para o espaço rural; necessidades esta, que projetada se firmou, efetivamente, como um dos desígnios da revisão do PDMM.

Uma vez que, a conjuntura mostra-se favorável à criação futura de uma estratégia para o solo rústico de Matosinhos, foram sintetizados conteúdos materiais que importam ao planeamento de políticas públicas para o ordenamento, promoção e valorização desta vertente classificada, utilizando-se das recomendações e efeitos positivos/oportunidades resultantes, facultados, no relatório da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do PDMM.

Desta forma, o objetivo do presente relatório consiste em facilitar a integração de políticas públicas de natureza rural e ambiental, ainda necessárias no Programa de Execução do PDM de Matosinhos. Por mérito da excelência na qualidade e extensão das recomendações da AAE, e, a partir do contributo do presente relatório, conclusivamente acredita-se, que existe a possibilidade clara de ser atingido este objetivo.

Palavras-Chave: Matosinhos, solo rústico, contributo.

Abstract

The Municipal Master Plan of Matosinhos (Matosinhos's PDM) is a reference instrument for the elaboration of the other municipal plans of territorial planning, for the development of sectoral interventions of the State administration in the municipal territory. A culmination of factors changes in broad contexts and complex conjunctures are clairvoyant after the 1st revision of the Matosinhos Municipal Master Plan of 1992 (PDMM revision). The work developed during the nine months internship at Matosinhos City Hall focused on studying these changes.

The modifications promoted by this review took place in compliance with the terms of the Law, which between 2014 and 2015 underwent a profound reform of the soil classification model (based on the differentiation between rustic and urban soil classes) and qualification of use, applicable to the entire national territory. Moreover, in the assumptions of the elaboration of this documentary content, the evaluation report of the 1992 Municipal Master Plan carried out in 2015 had already determined the need to define a strategy for the rural area; this project has effectively established itself as one of the purposes of the PDMM revision.

Since the conjuncture is favorable to the future creation of a strategy for the rustic soil of Matosinhos, material contents were synthesized that matter to the planning of public policies for the planning, promotion and valorization of this classified aspect, using the recommendations and positive effects / opportunities resulting from the PDMM revision Strategic Environmental Assessment (SEA) report.

Thus, the aim of this report is to facilitate the integration of rural and environmental public policies still needed in the Matosinhos's PDM Implementation Program. On the merit of excellence in quality and extension of SEA recommendations, and from the contribution of this report, it is conclusively believed that there is a clear possibility that this objective can be achieved.

Keywords: Matosinhos, rustic soil, contribution.

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Considerações gerais	1
1.2. Objetivo do relatório	3
Capítulo 2 – Enquadramento de pressupostos que legitimam o contributo	4
2.1. Pressupostos da elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos de 1992	4
2.2. A visão estratégica comportada nos conteúdos documentais da Revisão do PDM de Matosinhos	11
Capítulo 3 – Contributo para uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos	18
3.1. Introdução	18
3.2. Procedimentos metodológicos	22
3.3. Resultados e discussões	24
3.4. Considerações finais	36
Capítulo 4 – Conclusões	37
Referências bibliográficas	38

Lista de Figuras

Figura 1 – O concelho de Matosinhos.

Figura 2 – Carta de Ordenamento do PDM de 1992.

Figura 3 – Classificação do solo como rústico - artigo 6.º, DR 15/2015.

Figura 4 – Classificação do solo como urbano - artigo 7.º, DR 15/2015.

Figura 5 – Modelo de Organização Territorial.

Figura 6 – Carta da situação existente.

Figura 7 – Dimensões da metodologia da AAE, técnica, de processo e de comunicação.

Figura 8 – Desenvolvimento da metodologia do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade.

Figura 9 – Classificações de solo em: rústico e urbano.

Figura 10 – Parque Ecológico Monte São Brás.

Figura 11 – Atividades lúdicas e pedagógicas: literacia sobre temáticas do ambiente em geral.

Figura 12 – Atividades lúdicas e pedagógicas: a horta biológica do Parque Ecológico Monte São Brás.

Figura 13 – Contexto biogeográfico do Parque Ecológico Monte São Brás.

Figura 14 – Plantio experimental de centeio (06-12-2018 a 23-07-2019) no Parque Ecológico Monte São Brás.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Vetores e Objetivos Estratégicos da revisão PDMM.

Quadro 2 – Dimensão em hectares da área classificada e qualificada pela revisão do PDMM.

Quadro 3 – Percentagem de ocupação por tipo de utilização.

Quadro 4 – Objetivos gerais relevantes à temática.

Lista de Abreviaturas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente.

CMM – Câmara Municipal de Matosinhos.

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

FS – Fatores de Sustentabilidade.

MOT – Modelo de Ordenamento Territorial.

PDM – Plano Diretor Municipal.

PDMM – Plano Diretor Municipal de Matosinhos.

PROT- N – Plano Regional de Ordenamento do Território - Norte.

RJIGT – Revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Considerações gerais

Em referência ao estágio curricular protocolado junto à Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) no âmbito do plano curricular do Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), fundamentalmente desenvolvido nesta entidade de acolhimento entre 1 de outubro de 2018 e 1 de julho de 2019, processa-se a apresentação do presente relatório de estágio.

Designadamente, o estágio foi efetuado nas instalações do gabinete administrativo do espaço verde da autarquia - Parque Ecológico Monte de São Brás- sob orientação do Professor da FCUP Dr. Joaquim Carlos Gomes Esteves da Silva e, supervisão local da profissional integrada na Direção Intermédia de 3º grau Monitorização Ambiental e Recursos Hídricos da CMM, Eng.ª Fátima Margarida Almeida Bento Pinto. As responsabilidades atribuídas a esta Direção Intermédia são (CMM, 2019):

- Garantir a realização das ações de controlo decorrentes da aplicação e execução dos instrumentos de gestão territorial municipais, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, divulgar os resultados do controlo e remete-los às autoridades competentes.
- Desenvolvimento e manutenção do sistema de gestão e informação ambiental do concelho, de forma a garantir a estruturação, a divulgação e a utilização de dados de referência para apoio ao desenvolvimento e avaliação de políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável.
- Colaboração em ações de educação, formação e sensibilização para o ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Para além de monitorizar os indicadores ambientais relativos à Orla Costeira, Linhas de Água e rede Hidrográfica do Município de Matosinhos, bem como promover o cumprimento da legislação em vigor relativa à poluição sonora, designadamente propondo e executando ações de caracterização, monitorização e medição do ruído e procedendo à gestão ativa dos mapas de ruído do concelho.

Em apresentação:

- O concelho de Matosinhos constitui uma área territorial de 62,3 km² (6220 ha) de Portugal (Figura 1). Do ponto de vista hidro-morfológico, destaca-se o rio Leça, o principal curso de água superficial que atravessa a área de afetação deste estudo (AMPorto, 2019).
- Este rio que possui 46,750 km de extensão nasce no lugar de Redundo, na freguesia de Monte Córdova, no concelho de Santo Tirso. O seu percurso, atravessa sucessivamente os concelhos de Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos, onde desagua no Oceano Atlântico. (AMPorto, 2019).

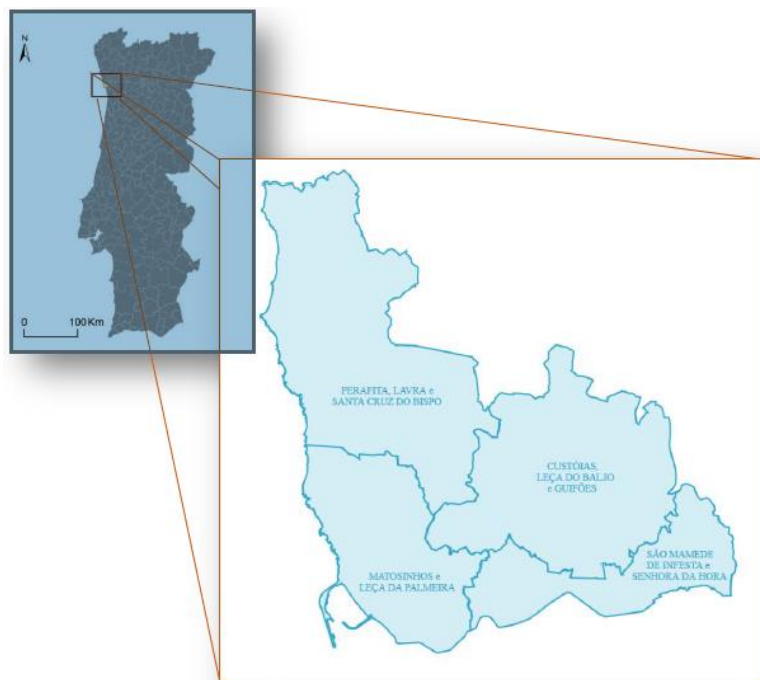


Figura 1 – O concelho de Matosinhos

Fonte: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) – Município de Matosinhos.

- Matosinhos é um concelho infraestruturado, predominantemente impermeabilizado e urbanizado, entretanto, mudanças nas orientações estabelecidas por Lei, e do próprio município ao longo dos anos, em termos de sustentabilidade territorial e ambiental, projetaram-no a uma revisão do seu Plano Diretor Municipal (PDM) de 1992 (CMM, 2019 a).

Ora, um Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e intermunicipal (Decreto-Lei n.º 80/2015, 2015).

Por meio da revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos de 1992 (adiante designado por revisão do PDMM), foi definida a classificação do solo - diferenciando o solo rústico do solo urbano - e a qualificação do solo. Ademais, neste conteúdo documental ainda existem, desígnios da CMM em relação à necessidade de políticas públicas para a definição de uma estratégia para o espaço rural.

Uma vez que, a conjuntura é favorável à criação futura de uma estratégia para o ordenamento do solo rústico, no respeito pelos imperativos da proteção do solo e dos demais recursos territoriais, o presente relatório busca contribuir para a elaboração de uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos, utilizando-se de outro conteúdo documental já existente na CMM, o relatório da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDMM.

Em face do exposto, o estágio curricular configurou-se, efetivamente, uma oportunidade de aprendizado no campo da Ciência e Tecnologia do Ambiente, quer pela versatilidade de conjunturas que se apresentaram à medida que era consultado o conteúdo documental da CMM sobre a temática “*instrumentos de gestão territorial do concelho de Matosinhos*”, quer em ocasiões no trabalho de pesquisa em que a reflexão foi potencializada através da literatura científica, isto é, por meio de autores como Rodrigues (2011), onde é esclarecida a importância de integrar o conhecimento técnico-científico na definição e gestão de políticas públicas e recursos.

1.2. Objetivo do relatório

O objectivo do presente relatório consiste em facilitar a integração de políticas públicas de natureza rural e ambiental, ainda necessárias no Programa de execução do Plano Diretor Municipal de Matosinhos, e desta forma, contribuir para a elaboração de uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos.

Capítulo 2 – Enquadramento de pressupostos que legitimam o contributo

2.1. Pressupostos da elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos de 1992

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal e a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo, integra e articula as orientações estabelecidas pelo instrumento de gestão territorial de âmbito supramunicipal e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal (CMM, 2019 b).

Entre os anos de 2014 e 2015 uma nova perspetiva da Lei foi instituída, com a profunda reforma no modelo de classificação do solo aplicáveis a todo o território nacional, nos seguintes diplomas:

- Lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, através da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.
- Revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, D.R. n.º 93/2015, Série I de 14-05-2015.
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, DR. n.º 161/2015, Série I de 19-08-2015, trata dos critérios a observar na classificação do solo, assente na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano.

Conjugando as linhas Legais e regulamentares instituídas atrás expostas, a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM), detetou a necessidade de entrar em conformidade em algumas matérias, e ainda, compreendeu que a modificação do PDM da autarquia era inevitável, tendo em vista que, a partir de então, o PDM passava a ser o único instrumento passível de determinar a classificação e qualificação do uso do solo, respetiva execução e programação (CMM, 2019 c).

Elaborado de acordo com ponto 2 do artigo 3º da Portaria n.º 1474/2007, e aprovado pela Câmara Municipal, em deliberação de 30 de junho 2015, o *relatório de avaliação do PDM de 1992 e de identificação dos principais fatores de evolução do Município de Matosinhos*, teve a função de servir como um fio condutor a toda Revisão

do Plano Diretor Municipal de Matosinhos de 1992 (adiante designada por revisão do PDMM).

Um dos seus recursos de avaliação mais importantes do relatório supracitado foi à carta da situação existente de 1992 (Figura 2). Face às orientações e disposições Legais referidas, concluiu que à proposta do PDM de 1992 assentava, por um lado, num modelo de ocupação máxima admissível a partir do qual se considerava que a expansão apresentava graves riscos para o equilíbrio urbano e ambiental, por outro, no princípio da intemporalidade na realização do Plano, razão pela qual as perspetivas de crescimento demográfico não tiveram significado no cálculo dos espaços necessários para a sua absorção, e desta forma, apresentava-se definida uma qualificação territorial com uma classificação do solo potenciadora de expansão urbana crescente em áreas de aptidões rústicas do concelho.

Assim, o relatório constatou que o atual perímetro urbano atual é francamente excedentário em Matosinhos. O projeto de ordenamento realizado na altura, não contribuiu para a expansão e ocupação urbana ordenada uma vez que a não programação da execução produziu, ao contrário, áreas dispersas e fragmentadas, sendo imperiosa a sua redução.

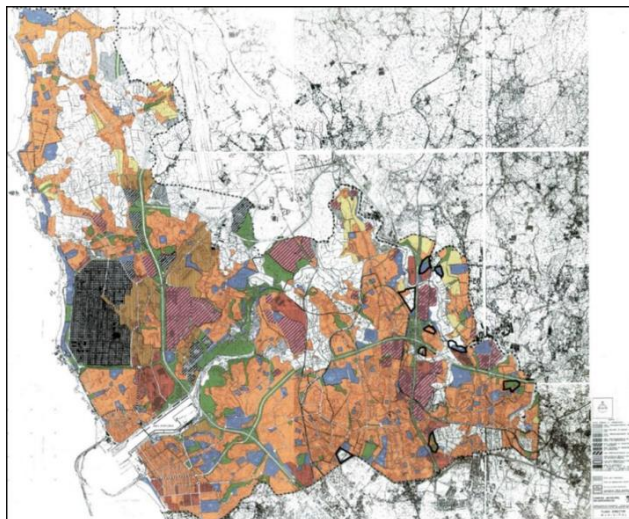


Figura 2 – Carta de Ordenamento do PDM de 1992.

Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

Não obstante, o planeamento requerido por esta revisão do PDMM de 1992, considera a classificação do solo o ponto de partida para uma correta construção do Modelo de Ordenamento Territorial (MOT) do concelho de Matosinhos (CMM, 2019 c). Assente nas bases gerais da política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, as classificações possíveis são:

- Solo rústico: aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos

geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano;

- Solo urbano: o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.

Para prossecução das classificações de solo, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015 disponibiliza uma base harmonizada de critérios a observar pelo município no âmbito deste planeamento. Assim, tal como disposto no ponto 2 do artigo 6º, a classificação do solo rústico de Matosinhos (Figura 3) esteve sujeita aos seguintes critérios de classificação (CMM, 2019 c):

- ✓ Reconhecida aptidão para aproveitamento agrícola, pecuário ou florestal;
- ✓ Reconhecida potencialidade para a exploração de recursos geológicos e energéticos;
- ✓ Conservação, valorização ou exploração de recursos e valores naturais, culturais ou paisagísticos, que justifiquem ou beneficiem de um estatuto de proteção, conservação ou valorização incompatível com o processo de urbanização e edificação;
- ✓ Prevenção e minimização de riscos naturais ou antrópicos ou de outros fatores de perturbação ambiental, de segurança ou de saúde públicas, incompatíveis com a integração em solo urbano;
- ✓ Afetação a espaços culturais, de turismo, de recreio ou de lazer que não seja classificado como solo urbano, ainda que ocupado por infraestruturas;
- ✓ Localização de equipamentos, infraestruturas e sistemas indispensáveis à defesa nacional, segurança e proteção civil, incompatíveis com a integração em solo urbano;
- ✓ Afetação a infraestruturas, equipamentos ou outros tipos de ocupação humana que não confirmem o estatuto de solo urbano;

- ✓ Afetação a atividades industriais ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários e florestais, ou à exploração de recursos geológicos e energéticos;
- ✓ Os solos que não sejam classificados como solo urbano, ainda que não preencham nenhum dos critérios anteriores.



Figura 3 – Classificação do solo como rústico - artigo 6.º, DR 15/2015 | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

De acordo com o ponto 2 do artigo 7.º, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, a classificação do solo como urbano (Figura 4) compreende o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e os solos urbanos afetos à estrutura ecológica. Observando, cumulativamente, os critérios dispostos no ponto 3 do mesmo artigo.



Figura 4 – Classificação do solo como urbano - artigo 7.º, DR 15/2015 | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

Para efeitos de cumprimento ao art.º 97º do RJIGT, no conteúdo material do relatório - 1B da revisão do PDMM é evidenciada a estratégia e modelo de desenvolvimento local para o MOT proposto (Figura 5), nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução.

A estrutura onde assenta o modelo de ordenamento do território municipal, é constituída por cinco Vetores de Orientação Estratégica, e os seus Objetivos Estratégicos (Quadro 1), para além dos respetivos objetivos gerais e ações programadas conforme Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).

Assim, o Programa de Execução do PDMM é organizado através das 6 UOPG que cobrem a totalidade do território do município, e para cada uma das 6 UOPG foram definidos Projetos Territoriais, para os quais concorrem, parcialmente ou na íntegra, algumas das ações previstas (CMM, 2019 c). Ademais, são explicitadas

também, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas em longo prazo; base do modelo de organização é o Programa de execução.

Importa referir que, segundo o próprio relatório da revisão do PDMM, foram estabelecidos os grandes objetivos territoriais de fundo, o mais globais possível, não vinculando o modelo de organização espacial proposto pelo PDMM a ações específicas.

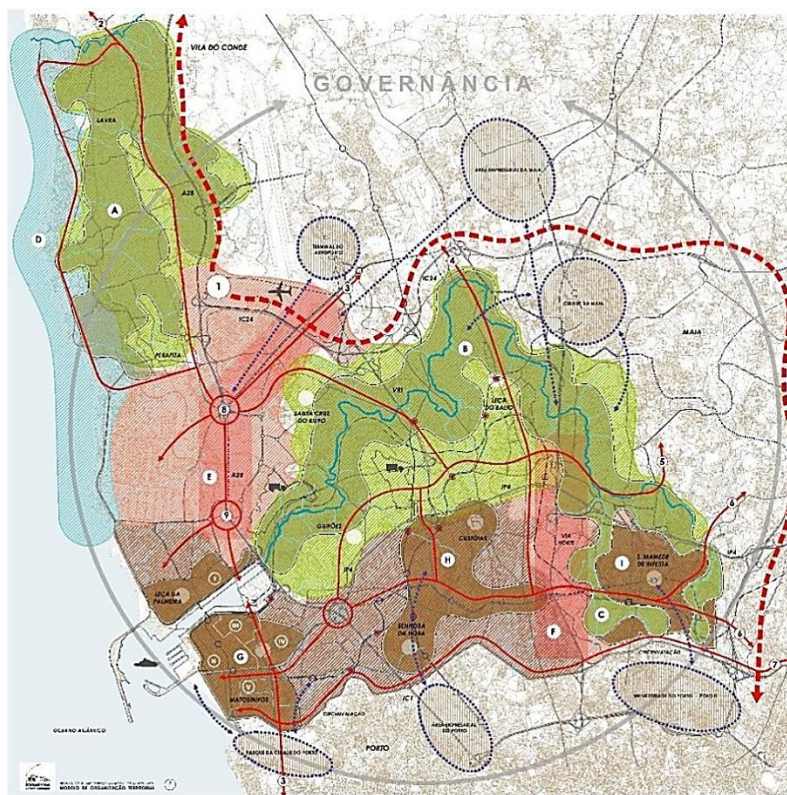


Figura 5 – Modelo de Organização Territorial (MOT) | Fonte: | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

Quadro 1 | Vetores e Objetivos Estratégicos da revisão PDMM | Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDMM.

VETOR		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	Valorizar os recursos naturais e a paisagem	Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável
INDUÇÃO ECONÓMICA	Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I)	Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica
		Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica
QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	Qualificar os ambientes urbanos	Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social
		Promover a coesão do espaço urbano
MOBILIDADE E TRANSPORTES	Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável	Melhorar as condições de acessibilidade
		Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos
GOVERNANÇA	Promover a construção coletiva do território	Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento
		Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional

No domínio da avaliação e monitorização entre os elementos que acompanham a revisão de do PDMM, está o Relatório ambiental, previsto, quer pelo disposto no art.º 97º do RJIGT, quer pela obrigatoriedade da legislação em vigor estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Compete à própria entidade responsável a elaboração do Relatório Ambiental, determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental, por outro lado, precisam ser atendidos os elementos orientados no decreto referido (Decreto-Lei n.º 232/2007, 2007). Ademais, num trabalho de monitorização, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) elabora e submete anualmente à apreciação do membro do Governo responsável pela área do ambiente através de um relatório contendo uma apreciação global da conformidade dos relatórios ambientais com o disposto no presente decreto-lei e propondo as medidas que se revelem necessárias (Decreto-Lei n.º 232/2007, 2007).

Para a APA, a Avaliação Ambiental Estratégica (adiante designado por relatório AAE) é um instrumento de apoio à tomada de decisão que visa à promoção do Desenvolvimento Sustentável em conformidade com a legislação nacional e

comunitária, e que contribui para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de Planos e Programas, com envolvimento de público e autoridades ambientais (APA, 2019).

Por fim, a explicação atrás exposta sobre a importância dos elementos que acompanham a revisão do PDMM, permite, a oportunidade de tornar autoexplicativos os elementos que sensivelmente constituem este instrumento de gestão territorial. Conforme o disposto no art.º 97º do RJGT o plano diretor municipal é obrigatoriamente constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais;
- c) Planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

Com base na plena conformidade demonstrada, a aprovação da revisão do PDMM de 1992 efetuou-se aquando da publicação sob o aviso nº 13198/2019, DR. II Série nº 159 de 21-8-2019.

2.2. A visão estratégica comportada nos conteúdos documentais da Revisão do PDM de Matosinhos

De forma sucinta, é possível compreender o quadro atual do contexto territorial de Matosinhos, utilizando-se de duas argumentações disponibilizadas no *Relatório-1B* da revisão do PDMM, a carta da situação existente e, dados quantitativos oficiais da Direção-Geral do Território.

Desta forma, o relatório supracitado dá a conhecer através da carta da situação existente (Figura 6) à distribuição das utilizações do solo, onde se identifica o domínio de áreas agrícolas a norte do concelho e vale do Leça e por outro lado, a maior densidade de edificação e urbanidade a sul do concelho. Tal constatação pode

ser esclarecida em termos quantitativos, através dos dados da Direção-Geral do Território, sobre a dimensão em hectares da área classificada e qualificada (CMM, 2019 d) pela revisão do PDMM (Quadro 2).

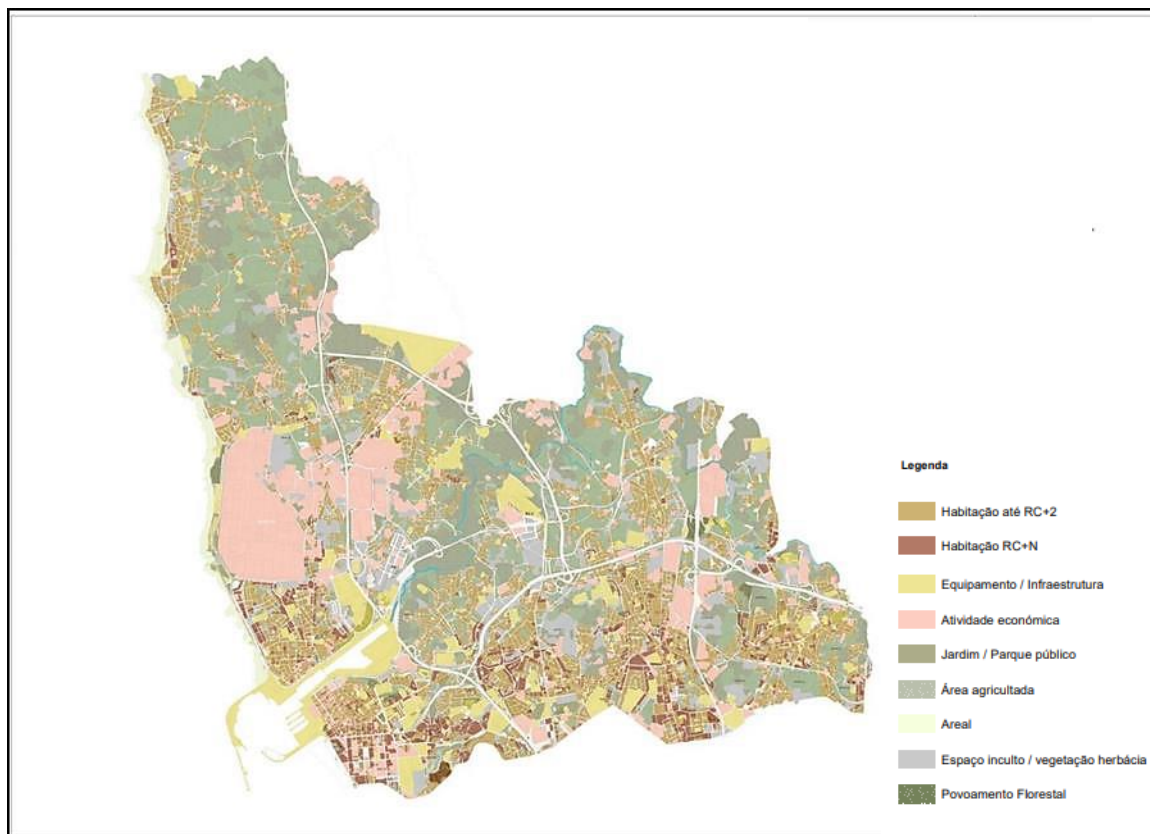


Figura 6 – Carta da situação existente | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

Quadro 2 | Dimensão em hectares da área classificada e qualificada pela revisão do PDMM | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO		
SOLO URBANO		
Categorias do solo urbano		Área [hectares]
01	Espaços Centrais	1632,782
02	Espaços Habitacionais	-----
03	Espaços de Atividades Económicas	1340,006
04	Espaços Verdes	59,802
05	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	1196,131
06	Espaços de Uso Especial - Equipamentos e Infraestruturas	-----
07	Espaços de Uso Especial - Turísticos	-----
Total de solo urbano [hectares]		08 4228,721
SOLO RÚSTICO		
Categorias do solo rústico		Área [hectares]
09	Espaços Agrícolas	1369,155
10	Espaços Florestais	255,336
11	Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos	-----
12	Espaço de Atividades Industriais	-----
13	Espaços Naturais e Paisagísticos	343,784
14	Espaços Culturais	-----
15	Espaços de Ocupação Turística	-----
16	Espaços de Equipamentos e Infraestruturas	-----
17	Aglomerados Rurais	-----
18	Áreas de Edificação Dispersa	-----
Total de solo rústico [hectares]		19 1968,275

Entretanto, a complexidade do contexto territorial e socioeconómico de um município são sempre bem maiores do que o acima representado. Especificidades são consideradas na revisão do PDMM, como por exemplo, os diagnósticos relativamente a percentagem de ocupação do solo rústico (Quadro 3) e, o facto do solo rústico ser ocupado em maior percentagem, quase 40% da ocupação total, por atividades económicas não relacionadas com o setor primário (CMM, 2019 c).

Apenas com estas duas constatações, é possível considerar confirmada a existência de demandas a serem alcançadas no horizonte futuro do concelho, tendo em vista, a melhor adequação da ocupação do solo rústico ao que encontra disposto na Lei, nomeadamente, na alínea I do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015:

A classificação do solo rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, afetas à exploração de recursos geológicos e energéticos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmam o estatuto de solo urbano.

Quadro 3 | Percentagem de ocupação por tipo de utilização | Fonte: Relatório - 1B da Revisão do PDMM.

PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO POR TIPO UTILIZAÇÃO		
Utilização do solo	Área de ocupação do solo	Percentagem do total da ocupação
Moinhos	78 m ²	~0%
Infraestruturas	7 092 m ²	2,2%
Quintas	8 412 m ²	2,6%
Pecuária	22 531 m ²	6,9%*
Estufas	26 467 m ²	8,1%*
Equipamento / Turismo	27 703 m ²	8,5%
Habitação	48 153 m²	14,8%
Apoio à atividade agrícola	56 870 m ²	17,6%*
Grandes impermeabilizações	58 774 m ²	18,0%
Outras atividades económicas	69 135 m ²	21,3%
SOLO RÚSTICO OCUPADO	325 215 m²	100,0%
* Pecuária + Estufas + Apoio à agricultura = 32,6%		

Neste sentido, como já mencionado na secção 2.1, o *relatório de avaliação do PDM de 1992* concluiu que existia a necessidade em definir uma estratégia e consequente ordenamento para o espaço rural, necessidade esta, que projetada se firmou, efetivamente, como um dos desígnios da revisão do PDMM; pelo que a respeito do atendimento futuro de políticas de ordenamento e valorização do solo rústico se encontram nas matérias explicitadas do relatório, sendo discorrido que:

O concelho apresenta um padrão de ocupação extensiva que se afasta da ruralidade “pura”, misturando atividades urbanas e agrícolas, isto é, o espaço rural de Matosinhos nunca teve uma estrutura de suporte planeada. Sem uma estrutura de ocupação planeada e consolidada, o solo rústico é, pelos razões referidas, reconhecido como espaço contínuo de edificação dispersa que, não sendo forçosamente qualificado como “Áreas de edificação dispersa”, se identificam com características híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento e infraestruturação numa ótica de sustentabilidade, com recurso a soluções apropriadas às suas características (CMM, 2019 c).

Dispondo dos valores da ocupação atual do solo rústico do concelho, que se consideram excessivos, quando comparados com os valores de referência dos Planos Regionais, compreende-se ser necessário reduzir para menos de metade a impermeabilização do solo, bem como exigir áreas mínimas de parcela, numa ótica de sustentabilidade ambiental e de qualificação da paisagem. Como equivocadamente pode parecer, este processo não pressupõe densificação, nem se trata do avanço do urbano sobre o rural, mas, antes pelo contrário, com redução do índice de ocupação das parcelas, consiste numa recomposição do rural através de novas realidades vivenciais/funcionais (CMM, 2019 c).

Em suma, a visão estratégica manifestada pela CMM refere-se à valorização territorial do solo rústico da seguinte maneira:

Valorização territorial - através do processo de recomposição inclusiva, a transformação territorial do espaço rural, de novas vocações funcionais compatíveis, de vilegiatura, residência e turismo, a par da conservação das atividades produtivas; afigurando-se como um processo de diversificação social e económica fundamental para a valorização dos ativos fundiários, e permitindo alcançar mais rendimento e qualidade urbanística, sem degradar ou explorar exaustivamente os valores ambientais (CMM, 2019 c).

Para materialização de tal desígnio, obviamente, serão necessárias medidas regulamentares e programáticas que respondam a todos os desafios que se apresentarão (CMM, 2019 e). Algumas destas medidas, já estão vislumbradas na *Estratégia e modelo de desenvolvimento local* atrás referida, entretanto, configura-se uma oportunidade também como reforço e colmatação a algumas escolhas de intervenção do modelo proposto, integrar as recomendações facultadas pelo *Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica* (adiante designado por relatório AAE).

A metodologia executada pelo relatório AAE tem respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, apresenta uma abordagem estratégica, estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 7).

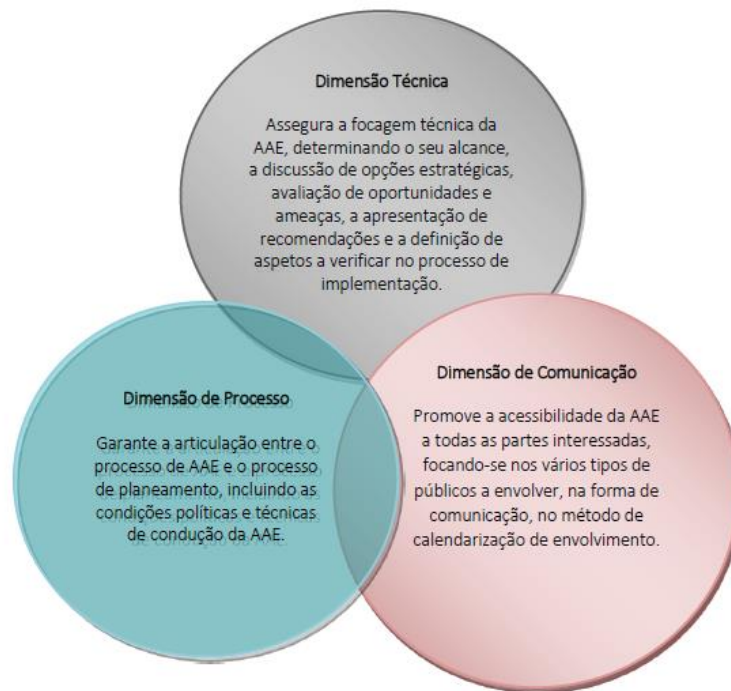


Figura 7 – Dimensões da metodologia da AAE, técnica, de processo e de comunicação.

Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDMM.

Em resumo, a metodologia do relatório AAE, inicia-se pela etapa de escolha criteriosa e justificada de um conjunto de Fatores de Sustentabilidade (FS), considerados adequados para atingir os seus objetivos, bem como consistentes face à tipologia e âmbito de intervenção do PDMM.

Avança então para, a Avaliação Estratégica individual de cada FS (Figura 8), efetuando-se a cada um destes: identificação dos objetivos do FS, seleção de indicadores dos efeitos significativos decorrentes da implementação do PDMM revisado naquele FS, apresentação da situação atual, análise de tendências sem revisão do PDM, e recomendações.

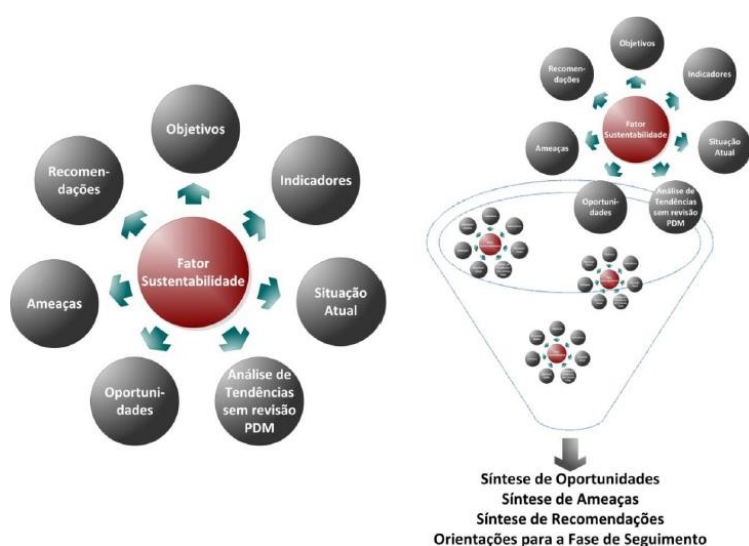


Figura 8 – Desenvolvimento da metodologia do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade.

Fonte: Adaptado do Relatório de AAE da Revisão do PDMM.

O relatório AAE foi estruturado de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a revisão PDMM de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do programa, tendo já sido submetida a consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e consulta pública (CMM, 2019 e).

De forma geral foi perspectivado pelo relatório AAE que o Programa de Execução da revisão do PDMM responde às principais necessidades identificadas ao nível de todos os Fatores de Sustentabilidade: Desenvolvimento Socioeconómico, Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano, Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais, Vulnerabilidades e Riscos, Acessibilidade e Mobilidade (CMM, 2019 e).

Designadamente, sobre à *Estratégia e modelo de desenvolvimento local* do PDMM, o relatório AAE concluiu que, a implementação do conjunto de objetivos, estratégicos e gerais, e respetivas ações programadas assumidas no Programa de Execução da revisão do PDMM, são fundamentais para uma estratégia de reforço do potencial económico do concelho, com diversificação da oferta de emprego e fixação de população, evitando que se agrave a situação atual de redução da população residente e do efetivo empresarial.

Contudo, o relatório AAE considerou que, ao longo da sua execução, o plano poderá ainda potenciar o seu já positivo contributo, bem como reforçar ou concretizar de forma mais específica algumas apostas e intervenções direcionadas aos objetivos do PDMM, utilizando-se das recomendações propostas por aquele relatório.

Este pressuposto permitiu a oportunidade de contributo ao presente estudo, à medida que, o procedimento metodológico deste relatório, assenta no propósito funcional de ser um facilitador da visão prospectiva da Avaliação Ambiental Estratégica.

Capítulo 3 – Contributo para uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos

3.1. Introdução

Como referido ao pormenor no capítulo dois deste relatório, a 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos (adiante designado revisão do PDMM) aprovada sob o aviso nº 13198/2019 DR. II série nº 159 de 21-08-2019, segue o disposto no Decreto Regulamentar n.º 15/2015 DR. I Série Nº161 de 19-08-2015, cuja orientação estabelece critérios a observar no âmbito do planeamento para classificação do solo, assente na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano.

Em concelhos predominantemente urbanos como Matosinhos, o propósito da orientação estabelecida pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015 passa muitas vezes por, diminuir exponencialmente a dinâmica até agora dominante de expansão crescente das áreas urbanas sem o devido respeito aos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

Assim, em linhas gerais, a opção da revisão do PDMM relativamente à classificação do solo (Figura 9), traduziu-se na conservação do solo com características de rústico a norte do concelho e vale do Leça, numa política de redução dos perímetros urbanos nas áreas periféricas dos aglomerados e, na densificação e capacitação das áreas urbanas contíguas à cidade do Porto (CMM, 2019 c).

Os critérios municipais adotados para a gestão do solo rústico e do solo urbano resultam em duas grandes vertentes na prossecução foram (CMM, 2019 e):

- A coesão dos espaços urbanos existentes; através da qualificação e colmatação das áreas livres críticas endógenas, do solo urbano; para que se torne competitivo pela concentração humana como fator crítico de sustentabilidade, desenvolvimento e exponente económico, social e cultural;

- A contenção da expansão exógena ou periférica, dos perímetros urbanos; confinando o solo urbano à colmatação das frentes infraestruturadas, quando em contiguidade com as áreas agrícolas e florestadas.



Figura 9 – Classificações de solo em: rústico e urbano | Fonte: Relatório-1B da revisão do PDMM.

A génese das opções adotadas para os critérios da gestão do solo poderia ser justificada apenas, com o seguinte dado sobre o contexto atual de Matosinhos: o índice de ocupação atual do solo rústico de Matosinhos é de 0,067, ligeiramente excessivo, quando comparado com o valor de referência do PROT-N (Plano Regional de Ordenamento do Território – Norte) estabelecido em 0,025 (CMM, 2019 c). Contudo, existem outras demandas destacadas no *Relatório-1B* da Revisão do PDMM que, tendenciam Matosinhos a garantir o atendimento futuro de políticas de ordenamento e valorização do solo rústico, destacam-se estes diagnósticos da CMM:

A clivagem entre o espaço urbano e o rural, remeteu-o ao abandono e isentou-o do planeamento e das políticas de gestão territorial direcionadas nas vertentes económica, social e ambiental.

Valorização territorial - através do processo de recomposição inclusiva, a transformação territorial do espaço rural, de novas vocações funcionais compatíveis, de vilegiatura, residência e turismo, a par da conservação das atividades produtivas; afigurando-se como um processo de diversificação social e económica fundamental para a valorização dos ativos fundiários, e

permitindo alcançar mais rendimento e qualidade urbanística, sem degradar ou explorar exaustivamente os valores ambientais.

Apesar dos constrangimentos envolvidos que demandam a efetiva recomposição da estrutura fundiária do espaço rural de Matosinhos (a título de exemplo, aqueles que estão explanados na secção 2.1 deste relatório), cerca de 1/3 do concelho corresponde ainda a espaço com características ambientais, físicas, sociais e funcionais de ruralidade, onde se mantêm predominantemente atividades pecuárias e agrícolas, variando entre a produção forrageira, pequena horta de subsistência e produção para abastecimento dos mercados locais (CMM, 2019 e).

Neste sentido, para fazer face a conjuntura exposta, a investigação do presente estudo orientou-se para, a compreensão do enquadramento dos múltiplos desafios que se colocam a uma política municipal de ordenamento e valorização do território. No domínio ainda da revisão bibliográfica, foi encontrada a oportunidade de contribuir como facilitador/sintetizador da informação que se encontra no *Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica* (AAE) sobre, os efeitos resultantes da aplicação da Revisão do PDMM e, recomendações facultadas como reforço e colmatação de algumas escolhas de intervenção do modelo proposto.

Acerca das funcionalidades da AAE, é esclarecido no Decreto-Lei n.º 232/2007 que:

A avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão. Tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projectos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, social e políticas relevantes que possam estar em causa. A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo, assim, para a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O trabalho desenvolvido neste relatório pode servir já no seguimento da entrada em vigor da revisão PDMM, pois, conforme sugestão da AAE, e principalmente, para o cumprimento do previsto no artigo 10.º do Decreto-lei n.º 232/2007, será requerido da Câmara Municipal de Matosinhos a proatividade em adotar as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas.

Em suma, esta equipa terá de verificar a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, e ainda, remeter os resultados atualizados do controlo para a APA e os meios eletrónicos com uma periodicidade mínima anual. Desta maneira, ao menos, o conteúdo material sintetizado (cumulativamente em 39 páginas) referente a avaliação aos efeitos da aplicação da revisão do PDMM e recomendações facultadas, de natureza rural e ambiental, através do presente relatório, encontra-se facilitado, para as atividades de controlo que se seguirão por esta equipa.

Contudo, o propósito global do presente estudo assenta, em multiplicar a visibilidade sobre um foco específico, no caso, recomendações e oportunidades resultantes que importam a futura estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos, e que ainda são necessárias no Programa de execução do Plano Diretor Municipal de Matosinhos.

3.2. Procedimentos metodológicos

Inicialmente, foram selecionados na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), todos os objetivos gerais da revisão do PDMM potencialmente prioritários e por isso, mais relevantes, para a temática do presente estudo (Quadro 4): o ordenamento, promoção e valorização do solo rústico.

Quadro 4 | Objetivos Gerais Relevantes à temática

Objetivos gerais relevantes à temática
Promover a qualificação e defesa do espaço rural
Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos
Reabilitar o espaço urbano
Assegurar a continuidade urbana rural
Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial
Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho
Promover a instalação de novas atividades económicas
Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional
Promover a participação da sociedade civil
Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas
Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências/ “boas práticas (parceria interna e externa)
Promover os espaços verdes de utilização coletiva

Para sintetização da máxima informação possível acerca dos objetivos gerais selecionados, revelou-se fundamental organizar os dados utilizando-se de uma planilha Microsoft Excel 2010®.

Foram consultadas na AAE todas as avaliações aos Fatores de Sustentabilidade (conceitualmente explanados no capítulo dois). Importavam como

objeto de estudo registar, designadamente, recomendações e a sua base associada de efeitos positivos/oportunidades. Assim, a avaliação crítica no processo de pesquisa permitiu: aferir qual a oportunidade alcançada no caso de materializar-se a recomendação relacionada, como tal consagra resposta causa-efeito ao trabalho.

Para melhor compreensão de cada objetivo geral a sua respectiva recomendação estratégica, conjugou-se ainda, qual o vetor e objetivo específico de atuação no modelo definido pela Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos.

3.3. Resultados e discussões

No âmbito do Vetor Qualificação Ambiental - Valorizar os recursos naturais e a paisagem, e do objetivo Estratégico “Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável” foram sujeitos a avaliação, nomeadamente, os efeitos dos mecanismos e/ou ações propostas pela revisão do PDMM à luz do objetivo geral:

- *“Promover a qualificação e defesa do espaço rural”*

Para o enquadramento de princípios orientadores na política integrada de ordenamento, planeamento e gestão do território, que de facto, garanta a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território, a AAE propõe como recomendação:

- Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte; é citado como exemplo: considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.
- ✓ Propicia não só a salvaguarda dos recursos naturais, como a adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização.

No que concerne à preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, a AAE considerou especificamente, a importância bem como a fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes, para facultar a seguinte recomendação:

- Eliminar gradualmente espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.
- ✓ Oportunidade para criação de espaços naturais/naturalizados, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico.
- ✓ Oportunidade de garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção de ações de sensibilização, orientadas para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas existentes;

Por fim, em termos de mecanismos e/ou ações propostas no objetivo geral supracitado, a AAE estabeleceu a seguinte recomendação para as políticas públicas

de gestão e redução/eliminação dos riscos naturais e tecnológicos associados aos processos antropogénicos:

- Desenvolver/ Implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar.
- ✓ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos;
- ✓ Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptadas às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos, por exemplo, a baixa pluviosidade;
- ✓ Oportunidade para sensibilizar a população para as questões associadas aos riscos naturais existentes no concelho (incentivar comportamentos adequados por parte da população face aos valores naturais existentes no concelho, nomeadamente que possam contribuir para a eliminação/redução da ocorrência de dissonâncias ambientais; entre outras temáticas pertinentes à sensibilização);
- ✓ Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada que tenha em consideração os riscos naturais existentes no concelho;
- ✓ Oportunidade de incentivar a requalificação dos espaços naturais nomeadamente que possam constituir-se dissonâncias paisagísticas (por exemplo: reordenação e/ou requalificação de infraestruturas industriais em espaços naturais);
- ✓ Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais.

Em relação ao objetivo geral “*Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos*”, recomenda-se:

- Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.
- ✓ Contributos positivos gerais ao nível da qualidade ambiental, com potenciais efeitos positivos para os recursos hídricos;

- ✓ Contributo para a valorização, salvaguarda dos recursos naturais e, para a adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos;
- ✓ Criação de condições de segurança no que se refere ao adequado abastecimento de água, acautelando os possíveis riscos nomeadamente de contaminação dos aquíferos e dos recursos hídricos superficiais;
- ✓ Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas;

Importa referenciar que o contributo conjuntural das quatro recomendações supracitadas, tem em sua génese gestão, conservação da natureza e proteção da biodiversidade. Com efeito, é de realçar, a grande importância de intervenções deste género para o solo rústico, uma vez que com a salvaguarda do equilíbrio ecológico, aumenta-se exponencialmente a chance de conseguir mitigar riscos e pressões provenientes das atividades antropogénicas.

No domínio da promoção do crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações mitigadoras como a reabilitação e contenção em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbana, a AAE apresentou duas recomendações, relativamente aos objetivos gerais *“Reabilitar o espaço urbano”* e *“Assegurar a continuidade urbano rural”*, que são as seguintes:

- Contenção dos fenómenos dispersivos do parque habitacional em sede de regulamento, com a aplicação de regras urbanísticas mais restritivas evitando o surgimento de novas habitações fora do solo urbanizável.
- Definir critérios, em sede de portaria, relativos a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturação ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para cada tipologia de solo (urbano ou rural), que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais.
- ✓ Oportunidade para a melhoria de desempenho das funções habitacionais e sociais (a exemplo: revitalização do tecido urbano com efeitos positivos na melhoria do estado do edificado e na criação de condições que promovam a fixação de população);

- ✓ Oportunidade para organização e qualificação dos espaços, usos e do território, assegurando a preservação, recuperação física e valorização de património existente;
- ✓ Oportunidade para serem adotadas soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização, bem como de assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes.
- ✓ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, e consequente promoção dos Serviços de Ecossistemas associados, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos;

Embora não tenham sido constituídas recomendações ao objetivo geral: *“Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial”* este objetivo do Vetor Qualificação Urbanística (assim como os dois objetivos anteriores) assume particular importância, uma vez que, a manifestação da CMM através do Relatório 1B - Revisão do PDMM acerca dos desígnios das intervenções a serem implementadas em espaços de baixa densidade do solo urbano, é a seguinte (CMM, 2019 c):

Incentivar a agricultura urbana com vista ao aumento da produção alimentar à escala local, reforço dos níveis de autossuficiência da cidade, de resiliência urbana e coesão das comunidades.

Neste sentido, o conjunto de intervenções a serem elaboradas que consubstanciarão este desígnio apontado pela CMM, ainda que sem definição específica, configura-se uma oportunidade para potenciação de um consenso alargado em relação ao crescimento do investimento no setor primário em áreas urbanas, que, além disso, contribuiria para a consolidação de uma ligação entre o meio rural e a agricultura cada vez menos restrita um pouco por todo o concelho.

Em articulação com as demandas por sistemas modernos - que poderão estruturar, por exemplo, a agricultura urbana anteriormente discutida e, uma gama de outras atividades existentes em Matosinhos que poderiam ser citadas - o Vetor Indução Económica, visa precisamente promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I). Configura-se para o presente estudo, assim, um vetor que se reveste de uma particular relevância, com potencialidade para ser um elemento estruturante para a concretização dos desígnios para o solo rústico de Matosinhos, no horizonte da estratégia. Trata-se, pois, de um

fator determinante para atratividade e incorporação dos empreendedores as novas dinâmicas locais.

Neste contexto, os objetivos estratégicos a destacar neste vetor são os seguintes: “Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica”, e, “Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica”. Finalmente, apresentam compatibilidade com a investigação do presente estudo os seguintes objetivos gerais:

- *“Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho”*
- *“Promover a instalação de novas atividades económicas”*
- *“Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional”*

De acordo com a AAE, para o objetivo geral da Revisão do PDMM *“Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho”*, é recomendado ter em conta como ponto de partida, o reforço das ações de sensibilização. De forma mais específica recomenda-se:

- Desenvolver ações de sensibilização junto a empreendedores e população em geral, que permitam a internalização de questões de índole ecológica e ambiental, bem como paisagística e patrimonial na estratégia de desenvolvimento territorial e socioeconómico do concelho.
- ✓ Oportunidade de promover atividades económicas associadas ao setor primário;
- ✓ Melhorar a qualidade de vida da população e do espaço público através da realocação das atividades económicas descontextualizadas;
- ✓ Promover a reordenação das infraestruturas industriais;
- ✓ Requalificar áreas industriais que possam constituir-se como dissonâncias paisagísticas;
- ✓ Contributo para minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais;
- ✓ Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais e para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas existentes;

Por sua vez, a recomendação da AAE dirigida ao objetivo geral *“Promover a instalação de novas atividades”*, tem uma definição mais pragmática:

- Ponderar e integrar ações que contribuam de forma direta para a concretização do objetivo, como por exemplo, a integração ou desenvolvimento de ações que promovam e divulguem os imóveis disponíveis para atração de novas atividades económicas. As atuais ações propostas para este objetivo contribuem de forma muito indireta para a sua concretização ou não permitem perceber como podem ajudar no seu cumprimento.
- ✓ Contributo na melhoria da conectividade territorial para as empresas;
- ✓ Oportunidade de assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes;
- ✓ Contributo para o aumento do efetivo empresarial, criação de emprego e riqueza para o concelho associado aos setores do turismo e outros setores de atividade (setores: agrícola, pescas, etc.);

O presente estudo incorpora a este relatório, em particular, o objetivo geral *“Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional”*, destacando-o também como relevante a uma estratégia para o solo rústico. Ainda que sem a reflexão propositiva adquirida através de uma recomendação da AAE, configurou-se imperativo em razão de diversas oportunidades apontadas. A saber:

- ✓ Oportunidade para dinamizar as atividades económicas associadas ao espaço rural, nomeadamente a atividade agrícola, turismo em espaço rural, atividades de lazer, entre outras;
- ✓ Contribui para aumentar a competitividade dos territórios rurais e desenvolver economias de escala;
- ✓ Contributo para dinamizar as atividades económicas associadas ao turismo costeiro, turismo da natureza, turismo cultural e religioso, através da qualificação de percursos patrimoniais e paisagísticos.
- ✓ Dinamizar e promover a instalação de novas atividades económicas associadas às unidades de saúde e bem-estar;

Por último, e tão somente pela transversalidade de atuação em todos os vetores já mencionados, o Vetor Governança. Como tal, o quadro de governança para a ação das intervenções do PDMM (e evidentemente, os responsáveis pelas intervenções da futura estratégia para o solo rústico de Matosinhos) constituído por: Câmara Municipal de Matosinhos, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte,

Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Organizações não Governamentais, e Públicos em Geral.

O enquadramento do vetor, bem como a conceção do seu objetivo estratégico: “Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento”, fomentaram a criação dos seguintes objetivos gerais:

- *“Promover a participação da sociedade civil”*
- *“Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas”*

Enquanto que, importa destacar no objetivo estratégico “Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional” o objetivo geral:

- *“Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas (parceria interna e externa)”*

A abordagem estratégica no âmbito do ordenamento, promoção e valorização do solo rústico terá mais facilidade em favorecer os valores presentes que justificam as intervenções necessárias, apostando no investimento em educação de base e sensibilização para estas temáticas, com intuito de agregar valor, quer no âmbito dos valores pessoais, quer no âmbito dos valores profissionais necessários ao exercício de uma atividade económica.

Neste sentido, foram facultadas duas recomendações relativamente ao objetivo geral *“Promover a participação da sociedade civil”*, em conformidade com a tendência multidisciplinar dos dois âmbitos emergentes supracitados. A AAE recomenda:

- Analisar neste objetivo, de que forma as ações propostas contribuem para a sua concretização. Sugere-se a inclusão de ações que promovam efetivamente a participação da sociedade, nomeadamente, a promoção de workshops temáticos, sensibilização educacional para comportamentos mais sustentáveis, criação de grupos de discussão por freguesia, entre outros.
- ✓ Contributo para uma sociedade mais justa e inclusiva;
- ✓ Promover a inclusão e participação de todos os grupos sociais na governação municipal;
- ✓ Oportunidade para sensibilizar a população para as questões associadas aos riscos naturais existentes no concelho;

- ✓ Oportunidade para sensibilizar a população para a necessidade de adotarem medidas de adaptação às alterações climáticas;
- ✓ No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com a gestão dos serviços ambientais, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais relacionadas com estas temáticas;
- ✓ Oportunidade de incentivar comportamentos adequados por parte da população face aos valores naturais existentes no concelho, nomeadamente que possam contribuir para a eliminação/redução da ocorrência de dissonâncias ambientais, criando um sentido de coresponsabilização;
- Incluir ações orientadas para a qualificação da atividade agrícola e pecuária, como por exemplo, a dinamização de eventos, feiras e exposições agrícolas e pecuárias anuais; criação de mercados diários de produtos biológicos e locais, promoção de ações de sensibilização dos empresários e simpatizantes dos setores agropecuário e agrícola para as boas práticas ambientais e incentivos económico-financeiros existentes que melhorem a competitividade das explorações.
- ✓ Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais;
- ✓ Oportunidade de valorizar todas as atividades económicas associadas ao setor primário;
- ✓ Oportunidade de influenciar empresários e simpatizantes dos setores agrícola e agropecuário para as boas práticas ambientais;

Para além disso, é integrado no objetivo estratégico em discussão o desígnio da cooperação, reforçado por isso, através do segundo objetivo geral: *“Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas”*. O contributo da AAE em termos de recomendação refere-se sobre:

- Ponderar a inclusão de ações para este objetivo que promovam a dinâmica de governança entre a CMM e os diversos stakeholders, quer públicos, quer privados, no sentido de intervir na qualificação do território. É importante incluir nestas parcerias as associações de agricultores e pescadores que contribuem para a dinamização do setor primário. Considera-se que as atuais ações associadas a esse objetivo não são de contributo direto para a sua concretização.
- ✓ Oportunidade de facilitar o associativismo;

- ✓ Oportunidade para qualificar e melhorar a competitividade as empresas e recursos humanos associados às atividades económicas primárias;
- ✓ Oportunidade para melhorar a oferta de equipamentos sociais, de saúde e culturais;
- ✓ Oportunidade para capacitar os agentes locais, conhecedores e dinamizadores do tecido social do concelho; consolidando assim a rede de parceiros locais e possibilitando-lhe a oportunidade de gerirem com qualidade os equipamentos criados e suas valências ao serviço da população de Matosinhos, quer residente, quer presente;
- ✓ No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e o estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.

As políticas de gestão territorial que orientarão as vertentes económica, social e ambiental necessárias para o solo rústico, serão efetivamente resilientes através do contributo do conjunto alargado de intervenções que potencialmente consubstanciarão o objetivo geral: *“Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)”*. Muito embora não tenham sido direcionadas recomendações, esta afirmação auto justifica-se pelas oportunidades salientadas pela AAE:

- ✓ Oportunidade de troca e transferência de experiências e desenvolvimento conjunto das abordagens e instrumentos que melhorem a eficácia de políticas de desenvolvimento local e contribuam para a modernização económica;
- ✓ No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e o estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.

Finalmente, ainda que em regresso ao primeiro objetivo estratégico (“Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável”) mencionado no início deste relatório, têm-se o objetivo geral *“Promover os espaços verdes de utilização*

coletiva”. Neste objetivo concentra-se talvez, o principal contributo cooperativo do presente estudo para a discussão consensual sobre os efeitos dos mecanismos e/ou ações propostas pela revisão do PDMM, já que é facultado com base no contexto profissional do estágio curricular desenvolvido em um dos espaços verdes da CMM (como explicitado na secção 1.1).

A infraestrutura de acolhimento do estágio supracitado, o Parque Ecológico Monte São Brás (Figura 10), situa-se numa área de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional) e por esta condição diante dos critérios avaliados, definitivamente, pertencente a classificação de solo rústico de Matosinhos.



Figura 10 – Parque Ecológico Monte São Brás.

Fonte: Ribeiro, 2014.

O projeto de Conservação da Paisagem Agrícola deste parque inaugurado em 2015 teve como objetivo a renovação de todo o espaço, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos utentes deste espaço e dignificar a própria cidade de Matosinhos (CMM, 2019 f). As principais vertentes de funcionamento são (Ribeiro, 2014):

- Serviços - Ambiente Matosinhos
 - Gestão dos espaços verdes (técnicos superiores e assistentes a partir do gabinete);
 - Manutenção dos espaços verdes (armazém do município para ações de manutenção do departamento do ambiente);
 - Produção de plantas (o horto do município está confinado no parque).
- Programas de educação ambiental e desenvolvimento de atividades de sensibilização que envolvem as temáticas do ambiente (Figura 11), somado a isto existe uma horta biológica (Figura 12), que em articulação com estas

ações de educação ambiental e sensibilização, também serve ao objetivo de revitalizar a vivência tradicional rural da região.

Nesta experiência de estágio, configuraram-se imperativas as potencialidades deste equipamento para contribuir na execução de intervenções em algumas linhas estratégicas fundamentais para uma estratégia de ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos. Essencialmente, a ferramenta para a valorização ambiental e paisagística do concelho, seria a abordagem eficaz ao público alvo, a volta da metodologia *Learning by doing* (aprender fazendo), pois existe o recurso ao contacto com os valores naturais presentes no contexto biogeográfico (Figura 13) no próprio parque.



Figura 11 – Atividades lúdicas e pedagógicas: literacia sobre temáticas do ambiente em geral.

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 12 – Atividades lúdicas e pedagógicas: a horta biológica do Parque Ecológico Monte São Brás.

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 13 – Contexto biogeográfico do Parque Ecológico Monte São Brás.

Fonte: Arquivo pessoal.

Por fim, para o presente estudo, este espaço verde da CMM tem potencialidades para contribuir ainda mais para a execução de objetivos da Revisão do PDMM, recebendo, mais responsabilidades, e obviamente, os investimentos que seriam associados.

- ✓ Por exemplo, com simples intervenções para a requalificação do Parque Ecológico Monte São Brás, garantia-se o espaço para as formações profissionais e sensibilizatórias direcionadas a agricultores, silvicultores e produtores de animais, em conformidade o objetivo estratégico do PDMM: “Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável”.

No sentido deste desígnio, verificou-se a necessidade de investimento na qualificação ambiental para eliminação de espécies invasoras/infestantes presentes junto aos recursos hídricos, e substituição por espécies endémicas, bem como, a oportunidade para implantação de parcelas agrícolas experimentais, como forma de promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I), tal como previsto no vetor indução económica da Revisão do PDMM.

Assim, efetuou-se a seguinte experenciação da oportunidade supracitada durante o estágio curricular:

- Implementação de uma parcela com a cultura do centeio, objetivando ensinar crianças visitantes sobre a origem agrícola dos alimentos (Figura 14).



Figura 14 – Plantio experimental de centeio (06-12-2018 a 23-07-2019) no Parque Ecológico Monte São Brás.

Fonte: Arquivo pessoal.

3.4. Considerações finais

Na análise do presente estudo às recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica facultadas aos objetivos selecionados da revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos (revisão do PDMM) como potencialmente relevantes a uma elaboração da estratégia para o ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos, revelou-se favorável a melhoria dos níveis e qualidade dos serviços ambientais, ordenamento em solo urbano e rural, bem como a promoção das atividades económicas tradicionais e/ou tecnológicas, com estímulo as possibilidades endógenas.

O serviço prestado pela sessão resultados e discussões do presente relatório, serve, em sede de elaboração da futura estratégia, como um bom ponto de partida para difícil tarefa de a conceber, uma vez que, a sintetização especializada nos objetivos da revisão do PDMM afetos a estratégia para o solo rústico de Matosinhos pode, auxiliar no esclarecimento de ideias-chave na altura da prossecução da estratégia, quer em uma visão global, quer no sentido de saber se estão forçosamente sendo considerados todas as intervenções necessárias.

Capítulo 4 – Conclusões

Por mérito da excelência na qualidade e extensão das recomendações disponibilizadas no relatório da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Matosinhos, e, a partir do contributo do presente relatório, acredita-se, que existe a possibilidade clara de ser atingido o objetivo de este relatório ser um “*recurso-chave*”, um instrumento de consulta pronto, com a visão prospetiva ainda necessária do conteúdo material que importa a elaboração de uma futura estratégia para ordenamento, promoção e valorização do solo rústico de Matosinhos, em suma, um facilitador.

A conformidade do estado da qualificação do território classificado como solo rústico em relação ao que está caracterizado e previsto por Lei, não é tão distante no caso do município de Matosinhos, até porque, como foi constatado, cerca de 1/3 do concelho corresponde ainda a espaço com características ambientais, físicas, sociais e funcionais de ruralidade. Contudo, a fragmentação desta ocupação territorial é o quadro que se configura mais preocupante, e onde porventura precisa ser considerado prioritário mudar, através de intervenções apropriadas.

Referências bibliográficas

APA – Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). Avaliação Ambiental Estratégica [suporte online]. [Consultado em 15 de Novembro de 2019]. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=147>

AMPorto – Área Metropolitana do Porto. (2019). Corredor do rio Leça [suporte online]. Porto: Área Metropolitana do Porto. [Consultado em 13 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.portal.amp.pt/pt/2/temae/471>

CMM. (2019). Direção Municipal de Ambiente, Equipamentos e Investimentos [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 18 de Janeiro de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/35>

CMM. (2019 a). Revisão do PDM de Matosinhos: Anexo-1 Revisão de execução do PDM 1992 [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 15 de Janeiro de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/1776>

CMM. (2019 b). Revisão do PDM de Matosinhos: Regulamento [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 15 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/1776>

CMM. (2019 c). Revisão do PDM de Matosinhos: Relatório – 1B da Revisão do PDMM [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 15 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/1776>

CMM. (2019 d). Revisão do PDM de Matosinhos: Ficha de Dados Estatísticos [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 23 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/1776>

CMM. (2019 e). Revisão do PDM de Matosinhos: Avaliação Ambiental Estratégica [suporte online]. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. [Consultado em 23 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/1776>

CMM. (2019 f). Parque Ecológico Monte de S. Brás [suporte online]. Matosinhos: Sistema de Gestão e Informação Ambiental. [Consultado em 23 de Julho de 2019]. Disponível em: <http://www.web2.cm-matosinhos.pt/sgam/>

Decreto-Lei n.º 80/2015 (2015) – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Decreto-Lei n.º 232/2007 (2007) – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Decreto Regulamentar n.º 15/2015 (2015) – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Ribeiro, S. M. V. P. (2014). Contribuição para a criação de um Agroparque para o vale do rio Leça, Matosinhos - Proposta para a componente recreativa e de gestão da paisagem. Dissertação de Mestrado em Arquitetura paisagística. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Rodrigues, C. (2011). Governação de políticas públicas em Portugal: a emergência de modelos diferenciados. Portugal: Edições pedago.